

CORREIO DAS REGIÕES

DIVULGAÇÃO/DEFESA CIVIL DE SP



A baixa umidade pode causar ressecamento das vias respiratórias

Defesa Civil alerta para baixa umidade no interior paulista

A Defesa Civil do Estado de São Paulo alertou para a baixa umidade do ar em regiões do interior, com índices abaixo de 30%. Avisos por SMS foram enviados ao longo do dia para cidades como São José do Rio Preto, Araçatuba, Ribeirão Preto e Presidente Prudente. A orientação é reforçar a hidratação, evitar atividades físicas ao ar livre nos horários mais quentes e redobrar a atenção com crianças, idosos e pessoas com problemas respiratórios, mais sensíveis ao tempo seco. O órgão segue monitorando as condições. O tempo seco pode causar irritação nos olhos, nariz e garganta, além de aumentar o risco de queimadas. A recomendação inclui uso de soro fisiológico, umidificação de ambientes e evitar exposição prolongada ao sol. Em caso de sintomas mais intensos, a orientação é buscar atendimento médico.

Nova rede de esgoto avança em Itapetininga

Sistema de esgoto na Varginha, em Itapetininga, avança com investimento de R\$ 9,8 milhões. A obra prevê coleta e tratamento para cerca de 160 famílias, com redes, estações elevatórias e ETE. Autoridades estaduais e municipais vistoriaram o canteiro. O projeto substitui fossas sépticas e deve melhorar a saúde e a qualidade de vida. Ao todo, serão cerca de 8 km de tubulações e estruturas complementares para operação do sistema. A iniciativa integra pacote maior de investimentos em saneamento no município.

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA



Autoridades vistoriam obras do novo sistema de esgoto na Varginha

Fundart fica sem repasses ao PAC desde 2023

Fundart informou que o último repasse ao Programa de Amparo à Cultura (PAC) ocorreu em julho de 2023, no valor de R\$ 73,8 mil. Desde então, não houve novos recursos em 2024, 2025 e 2026. A informação foi enviada à vereadora Fabi Virgílio (PT), que questiona a falta de arrecadação e a ausência de uso do saldo. Criado para financiar projetos culturais, o PAC prevê recursos por incentivos fiscais, dotações e transferências. A parlamentar cobra explicações sobre a gestão e aplicação do dinheiro público.

Araçoiaba embarga loteamento clandestino

A Prefeitura de Araçoiaba da Serra fiscaliza o loteamento clandestino Portal do Lago, do Grupo Terranova. O empreendimento foi embargado e teve as vendas suspensas. Equipes seguem monitorando a área e adotando medidas legais. O município orienta a população a não comprar lotes sem verificar a regularização e recomenda que compradores procurem a fiscalização para orientação.

Igualdade Racial

Após aderir à Carta Antirracista em 2025, São Carlos avançou na promoção da igualdade racial. A Lei 24.404/26 criou o Departamento de Políticas Públicas para a Igualdade Racial, ligado à Secretaria de Desenvolvimento Social. O município já integra o SINAPIR e possui conselho, mas ainda não instituiu fundo e plano municipal.

Corredor Leste em Ribeirão

CEE cobra documentos e prazos sobre obras de R\$ 1,1 bi no Corredor Leste de Ribeirão Preto. Vereadores pedem dados do financiamento, cronograma e estudos técnicos, citam atrasos e cobram transparência. Projeto aguarda aval do CMN para contrato com a Caixa. Parlamentares também discutem impactos de desapropriações.

Vício em apostas

Relato sobre vício em apostas marca debate na Câmara de Limeira. Em depoimento, munícipe descreveu perdas financeiras e impactos emocionais. Comissão de Segurança Pública discute ações de conscientização e prevenção, com campanha informativa e produção de conteúdos sobre riscos. Caso reforça alerta para consequências do vício.

Canil Municipal

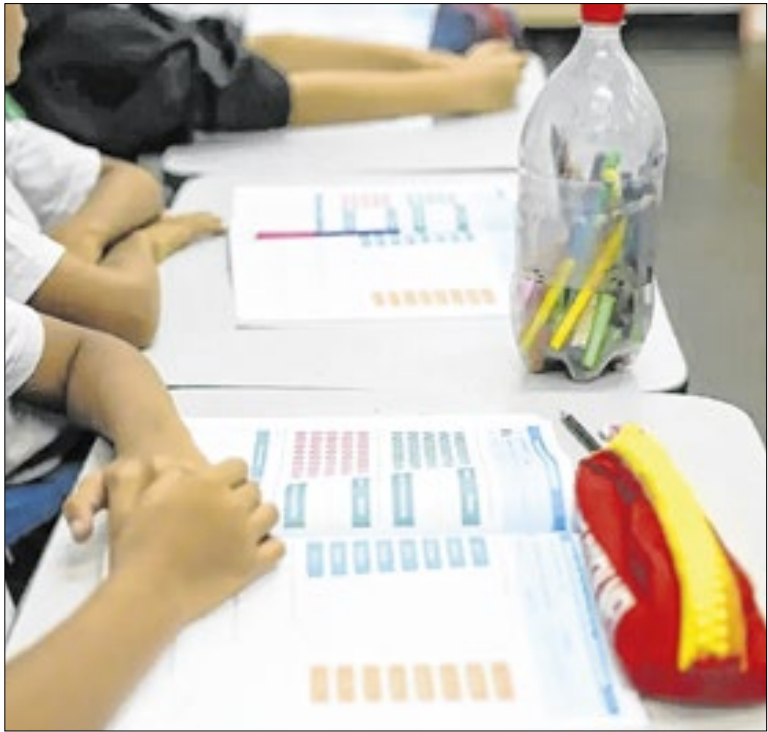
Carlinhos Labareda (PSB) e Raquel da Autoescola (PRD) questionam o funcionamento do Canil Municipal de Tietê. O Requerimento nº 168/2026 pede dados sobre capacidade, número de animais, tempo de permanência e equipe. Vereadores relatam que o local estava fechado em 3 de agosto e cobram esclarecimentos do Executivo.

Hospital Santa Lydia

Hospital Santa Lydia e UNAERP firmam parceria para monitorar a qualidade do ar. Sensores coletam dados em tempo real em áreas internas e externas, apoiando decisões sobre segurança de pacientes e gestão. O projeto prevê relatórios mensais para acompanhar indicadores e orientar melhorias nos ambientes da unidade hospitalar.

Parque Botânico

Lagos do Parque Botânico Tulipas, em Jundiaí, passam por recuperação na segunda fase da revitalização. O primeiro lago foi desassoreado, limpo e começou a receber água, com instalação de comporta para proteção contra contaminantes. O lago inferior será o próximo a receber intervenção. A obra inclui melhorias no entorno.



Professora é afastada após denúncia de constrangimento a aluno de 7 anos

Justiça suspende professora que constrangeu aluno em Marília

Decisão atende pedido do MP após denúncia por vexame em sala de aula

Da **Redação**

A Justiça determinou a suspensão de uma professora da rede estadual de ensino de Marília, no interior de São Paulo, acusada de constranger um aluno de 7 anos durante uma aula. A decisão foi obtida pela Promotoria de Justiça do município, que também teve a denúncia aceita pelo Judiciário.

De acordo com o Ministério Público, o episódio ocorreu em 15 de abril, dentro da sala de aula. Conforme os autos, a professora teria obrigado o estudante a se posicionar diante dos colegas e passou a repreendê-lo em tom agressivo e ríspido, expondo a criança publicamente.

Ainda segundo a acusação, a docente atribuiu ao aluno comportamentos inadequados e o chamou de “preguiçoso” e “folgado”, além de ameaçar dar nota zero. O caso foi registrado por meio de gravação em áudio, que integra a investigação.

Com base nos fatos, a professora foi denunciada por infração ao artigo 232 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que trata da submissão de criança a vexame ou constrangimento. O promotor André Ferraz de Assis Pinto também solicitou o

afastamento da profissional.

Ao analisar o pedido, a Justiça considerou que a permanência da professora no ambiente escolar poderia manter o contato direto com a vítima e ampliar possíveis danos emocionais. Por isso, foi determinada a suspensão do exercício da função pública enquanto o caso segue em tramitação, com acompanhamento do MP e novas etapas previstas no processo.

O QUE LEVOU À DENÚNCIA

O caso veio à tona após denúncia do Ministério Público, que apontou que a professora constrangeu um aluno de 7 anos durante uma aula em uma escola estadual de Marília. Segundo a investigação, a criança foi chamada à frente da turma e repreendida de forma agressiva.

Durante o episódio, a docente teria gritado com o estudante, feito ofensas e o exposto diante dos colegas. As falas, que incluíam xingamentos e ameaças de nota zero, foram registradas em áudio e utilizadas como prova no processo.

A partir da apuração, o Ministério Público formalizou a denúncia e pediu o afastamento da professora, medida que acabou sendo acolhida pela Justiça.